

A análise de discurso à francesa como forma de leitura¹

Discourse analysis in a French-style as a way of reading

Alma Bolón Pedretti²
Universidad de la República - UdelaR (Uruguai)

♦ **RESUMO:** Neste texto discute-se a questão da leitura tal qual ela foi elaborada no quadro da Análise de Discurso à francesa, situando esse percurso como singular em seus diferentes modos de enfrentamento com outras formas de pensar a leitura. Mostramos como diferentes metáforas sobre a leitura funcionam em diferentes conjunturas, uma vez que a questão da leitura, para a Análise de Discurso, é uma questão que sempre se mantém, seja como trituração, ou, pensando mais antropofagicamente, como leitura-digestão, pois o que é ingerido é modificado para quem ingere, ou seja, nada é igual após a digestão, nem o digerido nem quem digere.

♦ **PALAVRAS-CHAVE:** Leitura. Discurso. Digestão.

♦ **ABSTRACT:** In this text, the issue of reading is discussed as it was elaborated in the context of French Discourse Analysis, in the uniqueness of its course in relation to the different ways of coping with other ways of thinking about reading. It shows how different metaphors about reading work in different conjunctures, since the issue of reading, for Discourse Analysis, is an issue that is always maintained, either as grinding, or, thinking more anthropophagically, as reading-digestion, because what is ingested is modified for those who ingest it, that is, nothing is the same after digestion, neither what is digested nor who digests it.

♦ **KEYWORDS:** Reading. Discourse. Digestion.

Uma conjunção que abre um panorama inédito

A análise do discurso à francesa está geralmente localizada no movimento intelectual (teórico e político) que ocorre na França nos anos 60 e 70 do século XX.

Nessa época, os conceitos de língua, discurso e sujeito são problematizados em sua tripla imbricação, em sua tripla solidariedade. Com Saussure, se pensa a língua;

¹ Texto da Conferência que a autora proferiu na abertura do Colóquio: Língua, Discurso, Enunciação, que ocorreu nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Linguística/UNEMAT, em 17/10/2022. A tradução foi feita pela Prof.^a Ma. Francineli Cezarina Lara/UNEMAT. Doutoranda em Linguística /Universidad Complutense de Madrid/Espanha em cotutela com a UNEMAT. Professora da EJA, do Curso de Licenciatura Letras/Espanhol DEAD-UNEMAT e Licenciatura Letras/Inglês da UNEMAT no Campus de Cáceres. É membro dos projetos de pesquisa: Miriadi/Universidade Complutense de Madri/Espanha; A Etnografia do Mato Grosso/CNPq; Significar/MT, Estudos da Significação: Nomes Próprios/FAPEMAT. E-mail: francineli.lara@unemat.br e pela Profa. Dra. Silvia Regina Nunes, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística – UNEMAT. Líder do Grupo de Pesquisa DISMÍDIAS, silvianunes@unemat.br.

² É professora titular efetiva de Literatura Francesa no Instituto de Letras (Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación – UdelaR) e professora agregada efetiva de Linguística Aplicada - Carreira de Tradução (Facultad de Derecho – UdelaR) no Uruguai. Integrante do grupo de pesquisa “Filosofía Teórica da Comunicação” (Discurso, Universidade, tecnologia, globalização), ativo desde 1999, e do grupo “Montevideana” (Comparatismo), ativo desde 2003.

com Foucault, com De Certeau, com Marx e com Bakhtin, se pensa a história e o discurso; com Benveniste e com Freud ou Lacan, se pensa o sujeito falante, digo tudo isso de uma forma muito esquemática, sobre a qual voltaremos mais adiante. (Quando digo “pensar com Saussure ou com Foucault ou com Marx” não significa aceitar seus conceitos como se fossem uma unidade intangível, nem significa construir com eles uma espécie de quebra-cabeças (*puzzle*) ou de mosaico de ideias, senão que significa considerar que o encontro destes autores – sua conjunção – desenha um panorama teórico inédito por sua força de questionamento. Desde disciplinas diferentes [Filosofia, História, Linguística], graças ao seu encontro, é possível voltar a pensar a relação solidária entre língua, discurso, sujeito)

Esta tripla articulação produz em autores como, entre outros, Michel Pêcheux, Jacqueline Authier-Revuz ou Paul Henry, uma maneira de ler um *corpus*: uma maneira de responder, desde uma perspectiva elaborada e assumida, a uma *injunção de interpretação*, se retomamos o conceito criado por Eni Pucinelli Orlandi, que no âmbito brasileiro e no estreito diálogo com a França desenvolveu sua própria linha de pensamento.

Em 1994, Eni Pucinelli Orlandi organizou a tradução e publicação de um conjunto de artigos elaborados por filósofos, historiadores e linguistas franceses contemporâneos -Sylvain Auroux, Jacqueline Authier-Revuz, André Collinot, Jean Dubois, Françoise Gadet, Jean Guilhaumou, Paul Henry, Jacqueline Léon, Denise Maldidier, Jean-Pierre Marandin, Francine Mazière, Claudine Normand, Michel Pêcheux, Régine Robin. Cada um desses autores, com suas respectivas contribuições, prossegue a construção de um ponto de vista divergente das maneiras de proceder que predominavam em suas disciplinas de origem – Filosofia, História, Linguística – que vinham sendo repensadas, explicitamente, desde os anos 60. Assim, estes autores elaboraram um ponto de vista em que a leitura – a operação de ler – é interrogada, observada e criticada: a obra que os reúne explicitamente coloca esta reflexão no centro, pois se intitula “*Gestos de leitura*” e seu subtítulo é “*Da História no Discurso*”. Mais adiante voltaremos sobre este título e sobre o acontecimento que foi a publicação deste livro.

A leitura e suas várias entradas

Iniciemos perguntando-nos em onde reside o valor da reflexão em torno da leitura desenvolvida por “*Gestos de leitura. Da História no Discurso*”? Claro está que o século XX é rico em estudos sobre a leitura, a qual é abordada de vários ângulos. Enumerarei alguns desses:

* nas análises, muitas vezes condenáveis, da língua escrita em sua oposição à língua oral (pensem em Saussure: a língua oral como “verdade” da língua e a escrita como o “disfarce” que cruzou a visão da língua);

* na possibilidade de inclusão de um no outro (a possibilidade de “falar na língua escrita”, como finamente formulou Charles Bally; ou a possibilidade de “oralidade secundária”, como chama Walter Ong);

* na reflexão sobre a ordem de precedência (oralidade-escrita) que tomamos como certa, uma ordem cuja reviravolta é possível pensar: ao contrário da ordem cronológica intuída, é a escrita que cria a oralidade, ao permitir estabelecer a distinção entre “oralidade” e “escrita”, uma distinção inimaginável antes da existência da escrita; é, então, a diferença que estabelece a escrita dentro da língua a que permite perceber e pensar sobre o par “escrita/oralidade” (se seguirmos Derrida);

* em observações sobre a correlação entre leitura e grupos socioculturais, tal como registra e mede a sociolinguística, ou a sociopedagogia, ou a sociologia “às secas”;

* nos estudos sobre os diferentes sistemas de representação da língua oral pela língua escrita e a hibridização de todo sistema de escrita (pensem nos trabalhos, por exemplo, de Nina Catach), ou nos estudos histórico-arqueológicos que discutem e redefinem o conceito de escrita;

* nas técnicas de ensino da alfabetização, a razão para inúmeras metodologias que, no âmbito da escola, às vezes coexistem, são parcialmente ignoradas, ou desaparecem todas juntas;

* na medição da distribuição de formas de analfabetismo e iletrismo.

* nos estudos sobre as relações que os diferentes poderes (monárquicos, municipais, universitários, eclesiásticos, republicanos) estabelecem com a circulação na esfera pública de leituras susceptíveis de colocar em risco seu poder, o que traz manipulado diversos mecanismos e regulamentos de censura, como os estudados, por exemplo, por Robert Darnton e, já dentro da análise do discurso, por Eni Orlandi em sua reflexão sobre essa forma de censura, que é “silenciamento”; ou nos estudos sobre os efeitos políticos que no século XVIII produziram a leitura das obras dos filósofos do Iluminismo, a quem a historiografia usou e usa atribuir a paternidade da Revolução, uma perspectiva discutida por Roger Chartier, quem ao revés da tradição que aponta o vínculo forte entre livros filosóficos e Revolução, afirma que estes “não fizeram a Revolução”;

* na regulamentação dos textos que deveriam e poderiam ser selecionados para promover o aprendizado da leitura e a formação na escola de bons cidadãos.

Todas essas questões, e certamente muitas mais que estou esquecendo agora e vocês poderão completar, estiveram presentes em boa parte do século XX (e continuam estando, claro), uma vez que “ensinar a ler e a escrever” foi um imperativo da política educacional, ou da política a cegas. Nesse sentido, a leitura limitava-se a um “problema” ou a uma “dificuldade” ou a um “perigo” que deveria ser resolvido: o problema do analfabetismo, a dificuldade de aprendizagem, o perigo da “aculturação”, entendo “aculturação” no sentido de perigo que representa(va) que leituras que não lhes estavam destinadas chegavam aos “pobres” e que, em consequência, essas leituras não destinadas aos “pobres” despertaram nos “pobres” desejos de lazer, de desafeto ao mundo do trabalho produtivo assalariado, desejos de rebelião ou de revolução.

A propósito, então e hoje, o pânico produzido pela capacidade de leitura dos “pobres” tem como consequência a insistência no caráter instrumental do idioma, a insistência na concepção exclusivamente comunicativa, a insistência no ensino de uma língua crua, sem gordura ou riqueza, sem excessos, supostamente transparente, “instrumento de comunicação” que fecha horizontes expulsando o jogo dos sentidos. “Ler, escrever, contar, aqui está o que precisa ser aprendido; o resto é supérfluo”, escreveu em 1850, Adolphe Thiers, futuro massacrador da Comuna de Paris, e nada muito diferente hoje prescreve o Banco Mundial para nossos países.

Na medida em que a questão plurissecular de como ler - como interpretar - os textos bíblicos, tinha sido relegada, a questão da leitura se mostrou como uma questão social (combate ao analfabetismo) e uma questão pedagógica-didática, ou seja, uma questão escolar, de escola primária. No máximo, nos últimos anos, pelo menos no Uruguai, se a questão transborda do ensino primário ao ensino secundário, é devido ao número altíssimo de alunos que são promovidos, que passam da escola primária ao liceu, sem saber ler com fluidez, sem compreensão leitora, paralisados diante de um idioma- a língua escrita - que percebem como se fosse uma língua estrangeira.

Entre outras razões, isso é consequência de metas ministeriais que obrigam os professores a alcançarem altíssimos índices de promoção de seus alunos: as autoridades impõem aos professores a obrigação de alcançar altos percentuais de conquistas de seus alunos, sem oferecer as condições materiais de cumprir satisfatoriamente -efetivamente- com esses percentuais ambiciosos na avaliação. Não só é o caso de professores mal remunerados, empurrados para o consumo e forçados a multiempregos, professores com baixos salários e sobrecarregados de horas de trabalho devem lidar com crianças vindas de lares em que o ensino e o ensino de língua não é prioridade; acontece ainda que a concepção instrumental do ensino da língua permanece intocada, vista como uma ferramenta transparente e “aprobémática”, exceto pela “a dificuldade de adquirir a habilidade de sua utilização”.

As políticas do Banco Mundial e portanto ministeriais, de promoção irrestrita dos alunos da escola primária translada ao ensino secundário “o problema do analfabetismo/iletrismo” e “a dificuldade de aprendizagem”; isso produz a consequente adaptação dos professores do ensino secundário a um número crescente de alunos que não sabem ler ou leem com dificuldade, com a consequente transferência para este nível do sistema educativo, da percepção da leitura em seu duplo aspecto social e pedagógico-didático. Assim, florescem as medidas e diagnósticos sociológicos sobre “as dificuldades de aprendizagem”, assim como florescem as metodologias didáticas, em particular associadas à TICs, enquanto se expande a patologização dos alunos -síndrome de hiperatividade, de autismo, dislexia, etc., diagnósticos apressados, professores preparados de forma apressada, para a apressada rotulagem de mentes e espíritos alheios. Acontece então que as perspectivas sociológicas e psicológicas (enfocadas nas psiques relutantes em cumprir com o projeto escolar alfabetizador e “inclusivo” no grande sistema de comunicação que é a língua) ficam ocupando o “problema” da leitura e ocupando-se de procedimentos paliativos.

Uma linha divergente: a leitura se afasta da decodificação

Voltando à nossa pergunta sobre o valor da publicação de “*Gestos de leitura. Da História no Discurso*”, direi que esta obra claramente supõe uma profunda divergência com o estado das coisas (de antes e de hoje) a que tentei referir acima. “*Gestos de leitura. Da História no Discurso*” distancia-se da leitura como um problema tecnopolítico da escola primária, tanto quanto se distancia da leitura como técnicas de abordagem de textos religiosos (técnicas filológicas, técnicas hermenêuticas, técnicas retóricas, etc.).

Claramente, o livro publicado por Eni Orlandi em 1994 atribuiu a leitura, entendida como “gestos de leitura”, uma centralidade que, longe de confinar-se e esgotar-se na escola primária, envolve e informa - dá forma - às práticas disciplinares e às práticas políticas. A leitura, como forma de leitura, é central porque é uma questão teórica, epistemológica e política.

Concebendo o livro como homenagem à linguista Denise Maldidier, Eni Orlandi recorda a firmeza da amizade, a solidariedade da relação e a afinidade teórica que ambas as professoras compartilharam, destacando neste plano a singularidade do significado que define a Análise do Discurso. Cito Eni Orlandi (1994, p. 14): “Este sentido, que partilhamos em nossos trabalhos, define a análise do discurso singularmente: um dispositivo teórico que visa apreender (analisar) gestos de leitura”

Assim caracterizado, a análise do discurso ganha proximidade ou, diretamente, é identificada com a leitura, com a qual está intimamente relacionada, sendo considerada como um dispositivo que busca apreender e analisar gestos de leitura.

Conceber a intimidade entre a análise do discurso e a leitura -uma é interior ao outro, íntima ao outro- corresponde, segundo Denise Maldidier, ao último movimento, ao “gesto de leitura”, último, poderíamos dizer, do pensamento de Michel Pêcheux: corresponde ao momento em que Denise Maldidier chama de “*La déconstruction maîtrisée*”, que se espalharia, sempre seguindo a Denise Maldidier, durante os anos de 1980-1983. “Desconstrução controlada” de quê? Pois, das grandes construções iniciais, que incluíam as construções de “máquinas de ler” sustentadas na esperança de uma automação de análise que permitisse acesso a formas objetivas -objetivadas- da subjetividade social, máquinas de ler que permitiram capturar, objetivamente, a subjetividade social.

Esta aposta, esta esperança, estava presente, claro está, em “*Analyse automatique du discours*”, obra que surgiu da tese de doutorado de Michel Pêcheux e publicada em 1969, que Eni Orlandi traduziu -junto com Greciely Costa- pela primeira vez na íntegra e prefácio e publicou em 2019, quando “*Analyse automatique du discours*” celebrou seus primeiros cinquenta anos.

Embora, seguindo Denise Maldidier, seja possível compreender o último movimento do pensamento de Michel Pêcheux como uma “*déconstruction maîtrisée*” das fases mecânicas do início, também é notório o fio condutor, resumido, aos meus olhos, na questão, de como ler? Em que campo metafórico deve inscrever-se para lidar com essa materialidade linguística que transborda e não é passível de ser submetida sem para à análise de sua gramática, nem de sua pragmática, nem do ato de fala que constitui, nem a funcionalismos ou gerativismos? (E com liberdade estou parafraseando aqui a Eni Orlandi, 2019, p.15).

A pergunta “como ler?” – certamente uma pergunta inapropriada para qualquer dispositivo mecânico, mas que qualquer dispositivo pode pretender responder - corrói a obviedade que, uma vez superada com sucesso a etapa escolar primária, costuma ser atribuída à leitura.

Não que a expressão “gestos de leitura” usada por Eni Orlandi para recordar a proximidade teórica com Denise Maldidier e dar título ao livro de 1994, que a homenageia, vem do artigo de Michel Pêcheux que esta obra coleciona: “*Ler o arquivo hoje*”. Inicialmente publicado em 1982, este texto se situa na época da “*déconstruction maîtrisée*”, de acordo com a periodização de Maldidier, e constitui, segundo esta autora, uma espécie de “manifesto” (com aspas da própria Maldidier) do grupo de reflexão e pesquisa então reunido em torno de Pêcheux. A questão da leitura, sobre a leitura, em particular da leitura do arquivo: o que é que “manifesta”? E o que constitui um “manifesto”, ou seja, uma intervenção poética e política? Como entender, neste jogo de metáforas, a ideia de “gestos” e, particularmente, de “gestos de leitura”?

Em português, em espanhol, em francês, em latim, o primeiro sentido que aparece associado ao “gesto” é o “movimento”, e, particularmente, “movimento corporal”. Referindo-se à leitura como “gestos de leitura” claramente nos leva a anos luz de metáforas que concebem a leitura como uma técnica exclusivamente mecânica (de máquinas que ignoram que são máquinas), como uma técnica de “decodificação” que, se a alfabetização foi felizmente realizada, permite alcançar, graças à decodificação, a mensagem previamente codificada.

Esta perspectiva está mergulhada em belicismo, porque como talvez se lembre, na primeira metade do século XX, os serviços de inteligência alemães inventaram uma máquina, Enigma era seu nome, precisamente dedicada a codificar em língua

enigmática as mensagens enviadas entre as forças militares alemãs e que, no caso de serem interceptadas pelo inimigo, deveriam permanecer enigmáticas, escapando de sua compreensão. Por outro lado, é claro, para os destinatários previstos, a mensagem se decodificava, perdia sua obscuridade e podia ser lida o que foi enviado. Para essa perspectiva, típica de uma máquina de leitura de guerra, escrever e ler é codificar e decodificar, e cada falante imita o Enigma, a grande cifradora e decifradora de mensagens. Não importa o quão complexo fosse o procedimento de criptografia do texto, bastava ter uma máquina Enigma igual à que havia criptografado a mensagem enviada, para recuperá-la descifrada sem qualquer erro, ou seja, em seu estado antes da criptografia. Trata-se, portanto, de um artefato sofisticado, mas técnico, ou seja, suscetível à repetição e previsibilidade; vale lembrar também que um dos grandes cientistas que conseguiu decifrar, remedando a máquina, as mensagens enviadas pela Enigma foi Alan Turing, criador de computadores, ou seja, de sistemas que dão lugar a I.E. e seu colossal sistema de codificação.

A leitura como operação de decodificação/deciframento se desenvolve pois no reino da mesmice: a mensagem enviada e a mensagem recebida são exatamente as mesmas, porque emissor e receptor são exatamente os mesmos, ou seja, são a máquina Enigma. Embora a mensagem seja dita com a criptografia mais complexa e caprichosa, o receptor encontrará intacto a mensagem do emissor, porque, como disse, são as mesmas, são uma na forma de duas amostras idênticas da mesma máquina. Portanto, pouco importa se essas duas amostras sejam integrantes da contraespionagem alemã ou sejam patriotas britânicos, não importa qualquer diferença de qualquer tipo, desde que a mesma chave existente na mesma máquina codificadora/decodificadora, exista em duas amostras humanas. Por muito diferentes entre si sejam essas amostras humanas, leram a mesma coisa na mensagem codificada e decodificada.

Nas antípodas dessa mesmice, dessa forma de previsibilidade à qual a máquina obriga (se prevê, que o enviado, logo de codificação/decodificação, coincidirá plenamente com o recebido), se localizada a metáfora da "leitura como gestos" forjada por Michel Pêcheux em seu texto "*Ler o arquivo hoje*". E não digo isso, só, por causa do plural de "gestos", embora Pêcheux faça uma referência explícita à "pluralidade dos gestos de leitura que podem ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos", mas digo isso, sobretudo, pelo seu sentido de movimento corporal, ou seja, de um movimento que não tem nada a ver com o mesmo, mas com o singular, com o único, com o qual singulariza a universalidade de cada indivíduo. Com a metáfora "gestos de leitura" voltamos a abordar os sentidos depositados naquela velha família de palavras, os sentidos que ligam "ler", ("ler", "leggere", "lire", "legir") com a velha raiz indo-europeia *leg que se relaciona a movimentos de trabalho agrícola: "escolher", "selecionar", "recolher", "coletar", "colher" e movimentos de trabalho intelectual: "selecionar", "lição", "escolha", "inteligência" ...

Nos anos 80, era fundamental pensar a leitura fora da mesmice, fora das séries previsíveis. Por exemplo, foi essencial pensar na leitura fora da máquina estruturalista, com sua redução da linguagem para uma comunicabilidade organizada de acordo com a sintagmatização de membros de classes de equivalências funcionais, ou seja, com a redução do signo ao seu significado conceitual, no máximo fornecido com trabalhos "divergentes", "oblíquos", "conotativos", "indiretos", "secundários", em suma: "metafórico", portanto "poético", "dominicais", "pouco sérios", "decorativos" e "inúteis" para o propósito realmente importante, ou seja, a comunicação, ou seja, a previsibilidade do trajeto, exceto acidente, entre o emissor e o receptor. A mudança do conceito saussuriano de "relações associativas" para o conceito estruturalista de

“relações paradigmáticas” ilustra essa consagração da mesmice. (Eu vou voltar para isso mais tarde.)

Mas também, e em outra escala, aqueles franceses dos anos 80 pareciam celebrar, finalmente, o fim da política, do conflito e do debate, graças ao entendimento - a adaptação - do mundo ex sessenta e oitenta ao mundo empresarial e mercado de ações. Naquela época, quando o antirracismo era uma boa política para-governamental fornecida com um belo *slogan* (“*Touche pas à mon pote!*”), quando tudo se tornou um número (número de eleitores, número crescente de desempregados, número de indústrias fechadas, número de fortunas do mercado de ações), quando naqueles anos 80 franceses (no Uruguai, era os anos 90) a unanimidade era celebrada desprovida de conflito e apenas a sucessão de “novidades” era conhecida (“*nouvelle cuisine*”, “*nouveaux pauvres*”), era essencial pensar na leitura como movimento do corpo (“corpo” como uma extensão pensada pela alma; “alma” como o pensamento estendido pelo corpo). Imaginar a leitura como “gestos de leitura” significava dar ao corpo e à singularidade de seu movimento uma possibilidade de dissidência, de divergência, de tomar um caminho imprevisto.

Lembro-me disso para que não seja esquecido: naqueles anos 80 se forjaram em francês, ou incrementaram sua circulação, duas expressões: *pensée unique* e *langue de bois*. A segunda, *lengua de maderá*³, dita em espanhol, em tradução literal da qual desaparece o significado meta-enunciativo que tem em francês, buscava designar um discurso petrificado, feito das frases feitas que supostamente devem proferir-se para satisfazer os ouvintes; embora atestada em língua francesa desde o início do século XX, circula intensamente nos anos 80, quando é incluído em vários dicionários. Embora no início seja usado para se referir à rigidez repetitiva do discurso dos políticos soviéticos, rapidamente “*la langue de bois*” refere-se ao ditado típico dos políticos, constrangidos a falar e não dizer nada, forçados a atender às expectativas discursivas de seus ouvintes e eventuais eleitores, mas sem comprometer o fluxo de votos em jogo. Quanto à primeira expressão, “pensamento único”, designou um discurso consensual, de acordo com o que deve ser dito para não ser marcado como inoportuno, destrutivo, não sério, más vibrações etc.: um discurso que pressupõe que não há mais significado do que aquele que circula na grande mídia: o sentido que constantemente declara a impossibilidade de ter algo mais do que o que existe. Há catástrofes, miséria, guerra, vírus etc. e não pode haver mais nada, repete hoje “*la pensée unique*”. Embora, curiosamente, hoje em dia, apesar da brutal uniformização em escala planetária do discurso, qualquer uma dessas duas expressões circula muito menos, elas quase não são encontradas. As formas petrificadas em um consenso conservador, as formas de mesmice, -“*langue de bois*” e “*pensée unique*”- estão assumindo o protagonismo sob o tortuoso nome de “globalização” ou “mundialização”.

Então, desde os anos 80, era fundamental plantear a leitura como “gestos de leitura”, como uma possibilidade, e talvez uma obrigação, de abrir os sentidos, de colocar em circulação o que, gradualmente, havia sido deixado sem a oportunidade de ser proferido ou ouvido. Desde os anos 80 era essencial opor-se às metáforas da singularidade corporal com seus gestos singulares, às metáforas mecânicas e à tentação da mesmice com seu calmo e tranquilizador manto de coincidências.

Desde então foi e é fundamental **não** parar de pensar, fazer e refazer, o que o pensamento dos anos 60 permitiu pensar, em uma frutífera confluência de filosofia, linguística, história, psicanálise e, claro esta, política, embora o fundamentalmente político nessa confluência não fosse “a política” como objeto ou *corpus* de estudo, mas

³Em Língua Portuguesa: língua de madeira (NT).

o que era propriamente político era a confluência de disciplinas - Filosofia, Linguística, História, Psicanálise - que tentavam pensar ouvindo uns aos outros, incorporando suas respectivas radicalidades.

A radicalidade recíproca, incorporada, compartilhada, envolvia uma maneira de entender a língua, o discurso, o sujeito; uma maneira em que qualquer uma dessas três dimensões – língua, discurso, sujeito – perdeu transparência, adquiria corpo e relevância, engrossou e se tornou visível, proporcionada com uma materialidade singular, paradoxal, despojada de obviedade. A partir daí veio que para essas disciplinas o que estava em jogo era uma maneira de ler, uma maneira de ler que não esquecesse a natureza do sujeito, da língua, do discurso, natureza que era precisamente uma questão de teorizar, ao mesmo tempo que se lia. Por isso, é decisivo o trabalho de Michel Pêcheux “*Ler o arquivo hoje*” que, como vimos, Eni Orlandi publicou em 1994 e de onde vem, como também vimos, a expressão “gestos de leitura” que dará título ao livro.

Paradoxalmente, essa expressão “gestos de leitura” aparece neste texto quando Pêcheux está considerando a construção de “procedimentos algoritmos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível, a pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivos” (PÊCHEUX, 1994, p. 64). Paradoxalmente, creio, pois a metáfora do movimento corporal que podemos ouvir hoje em “gestos de leitura” ajuda a se distanciar de uma leitura algorítmica.

Na ordem da língua, na ordem do discurso

A metáfora do “gesto” desarma assim a mesmice ou singularidade algorítmica (mecânica) ao intervir uma instância interpretativa, ou seja, um sujeito que deve responder à *injunção de interpretação*, para se tornar precisamente um sujeito e não permanecer no estado inseparável - extensão pura sem alma- de algoritmo.

A propósito, isso não supõe a restauração de um sujeito falante proprietário, mestre e senhor de sua palavra, não supõe que um mestre livre das ordens que o habitam e o determinam. Não é uma restauração porque essa instância *interpretante*, ao fazer seus próprios gestos de leitura, está sujeita a uma ordem de determinações: a ordem da língua, do discurso, de sua própria singularidade incognoscível.

Interpretamos - pensamos - dentro da ordem que é a língua, como Saussure imagina: um sistema de valores puros, um jogo de diferenças irreduzíveis (o próprio de um signo não é não coincidir com um nenhum outro) que anula qualquer positividade e, portanto, qualquer possibilidade de sinonímia -de traduzibilidade- interlinguística e intralinguística. (Neste ponto preciso, me distancio da leitura que faz Michel Pêcheux de Saussure; acho que Saussure concorda com Pêcheux, mesmo quando Pêcheux afirma discordar de Saussure, cf. *La sémantique et la coupure saussurienne*, in Mالدیدیر, p.140).

Esta ordem composta de valores negativos inclui o virtual, o possível: o que corresponde às relações proporcionais, é dizer com as analogias em que se tramam significantes e significados. Com isso, a mudança linguística ocorre, e através disso o discurso passa como um lugar em que os sentidos são feitos, múltiplos, equívocos e conflitantes, embora não menos imponentes. Tentarei dar alguns exemplos uruguaios, embora provavelmente possam ocorrer em outras variedades de espanhol e talvez também em português.

Até um tempo atrás, no Uruguai, o verbo “assistir(se)”, além de ter o significado local de “ser atendido”, por exemplo, por uma ambulância ou serviço médico, tinha o

significado de “concorrer a algum lugar, estar presente em algum lugar”: “assistir a uma aula, a uma reunião, a uma festa, a um congresso etc.” Por outro lado, o verbo “participar” tinha o significado de “tomar parte ativamente, atuar”. De certa forma, “assistir” significava a atividade exclusiva de estar presente em algum lugar, enquanto que “participar” significava estar ativamente presente, atuando. Na pós-ditadura, o verbo “participar” passou a ser usado recorrentemente pela esquerda, uma vez que se tratava de declarar o protagonismo - a atividade - dos cidadãos, chamado a uma vida política ativa, não passiva. Assim, o movimento político que levou à presidência de José Mujica, precisamente se chama(va) de “Movimento de Participação Popular”, nome que enfatiza(va) o protagonismo do povo nesse movimento. Por outro lado, o governo pioneiro da cidade de Montevideu instaurou uma modalidade chamada “orçamento participativo” (denominação rastreada de *“budget participatif”* dos municípios franceses); o “orçamento participativo” consiste na possibilidade de votação entre diversos projetos urbanos apresentados anteriormente pelos vizinhos. Além de sua presença nessas duas denominações, “Movimento de Participação Popular” e “orçamento participativo”, o verbo “participar” e os nomes “participação” e “participativo” são de circulação recorrente em *slogans*, convocações e manifestações partidárias, sindicais e ongs.

Em outras palavras, a esquerda vem reivindicando o verbo “participar” como equivalente à “democracia” e ao “protagonismo do povo”. No entanto, para algo que pode ser fácil de imaginar, imperceptivelmente o verbo “participar” começou a ser confundido com “assistir”, ao ponto de alguns dias atrás, convidei algumas pessoas para participar de algumas atividades que ocorrerão em novembro, e essas pessoas aceitaram o convite, e quando perguntei como planejavam participar, ou seja, que atividade gostariam de desenvolver, me disseram que tinham entendido que se tratava de um convite para assistir, não para participar.

A ordem da língua permite – obrigada a - os deslizamentos de significados que constituem a história, que são a história. A história também é aquele deslizamento de sentido, e as condições em que ocorreu o deslizamento: com a esquerda institucionalizada na atividade governamental, desejosa de legitimidade popular, embora sem precisar, ao contrário, da participação popular real, ou seja, decisiva: com participação efetiva com a capacidade de decidir. A análise do discurso como “gestos de leitura” também consiste, creio eu, na atenção a esses movimentos de sentido que ocorrem sem serem atribuíveis a nenhum programa ou intencionalidade política direta, mas acontecem como efeitos.

Da mesma forma, gostaria de destacar o que acontece com a palavra “comunidade”, em espanhol uruguaio e talvez também em português, se interpreto bem um exemplo de Eni Orlandi e outra da professora Verli Petri. Para os espanhóis do Uruguai, “comunidade” era um sinal carregado de religiosidade, em particular cristão protestante: “a comunidade” designava o grupo de indivíduos que frequentavam a mesma igreja e compartilhavam as mesmas crenças e ritos, embora esta imagem e esta palavra “comunidade”, no laico/ateu Uruguai, eram sobretudo conhecidas graças aos seriados de televisão vindos dos Estados Unidos. Claro, nos anos 1960, “Comunidad del Sur” era o nome de uma cooperativa fundada por várias famílias anarquistas que compartilhavam moradia, trabalho, criação de filhos e ideais, em clara ruptura com os ideais predominantes fora daquela comunidade. O exemplo do nome “Comunidade do Sul” de certa forma revela os significados que o ideal anarquista compartilha com o ideal cristão.

Há algum tempo, em espanhol de Uruguai, o sentido de “comunidade” vem circulando como sinônimo de “povoado”, “povo”, “vilarejo”, “localidade”, sentido, até agora ausente no Uruguai, ao contrário do que poderia acontecer em variedades

peninsulares de espanhol. De fato, a fábrica de papel UPM, uma empresa transnacional instalada no Uruguai com todos os tipos de vantagens - exceções legais e privilégios fiscais -, por meio de sua Fundação UPM, chama de “comunidades de influência” as cento e cinquenta cidades e vilarejos que, nos territórios próximos às suas duas fábricas de celulose, a empresa UPM identifica como territórios em que atua livremente, pontos que são de sua “influência”. A empresa UPM procede não apenas tomando lucros diários colossais, mas impondo uma denominação, “comunidades de influência”, que confessa descaradamente sua predominância sobre o Estado nacional uruguaio em grandes áreas do território uruguaio, ao mesmo tempo em que impõe um termo alheio ao nosso uso. Eni Orlandi (2011 p. 47). aponta algo comparável no deslocamento do termo “favela” por “comunidade”, e analisa que esse deslocamento, preso no jogo de “politicamente correto”, apaga toda a diferença entre os cidadãos, uma vez que é um “mecanismo de indistinção e diluição de sentidos.” Esta observação de Eni Orlandi é de 2011; nestes dias de 2022, os alunos da escola Paulo Freire, no município de Santa Maria (Rio Grande do Sul) que trabalham com Verli Petri na elaboração de um dicionário, definem a entrada “comunidade” desta forma: “Pessoas que se (cê) ajudam; grupos de pessoas; grupo de estudantes; São famílias; Trabalhadores; Favela; Periferia; Barraco/barracão; vila; tiro; briga; fofoca; união; futebol; bolita.”

Eni Orlandi, em 2011, registrou como “politicamente correto” o uso da palavra “comunidade” que apaga os sentidos de “favela”; dez anos depois, as crianças da escola Paulo Freire registram o deslize produzido, um deslize que faz que em “comunidade” coexistam lugares comuns do discurso cristão protestante associados à “comunidade”: “pessoas que se ajudam”, e lugares comuns do discurso da ordem policial associado à “favela”: “briga”, “fofoca”, “tiro”.

Imposta o uso de “comunidade” nas cidades e localidades do Uruguai, ou de “comunidade” nas favelas do Brasil, quem se atrever a protestar, a criticar ou a discordar, ou seja, a levantar uma contradição, automaticamente tomará o lugar do herege, do desleal ou traidor do grupo, uma vez que a dissidência rasga a unidade imaginada do grupo, sua suposta homogeneidade fraternal. Além disso, com a palavra “comunidade”, no caso da “favela”, está sendo feita uma tentativa de apagar uma história cheia de significados políticos que identificam as relações de classe no Brasil, a partir de sua topologia singular. Quem não sabe falar português, no entanto, conhece o nome “favelas”, como conhecemos “*villas miséria*”, “*chabolas*”, “*callampas*” ou “*cantegriles*”, nomes usuais em Buenos Aires, Madri, Santiago do Chile ou Montevideu. Deslocar qualquer um desses nomes e empregar “comunidade” é tentar silenciar histórias e história.

Que esses dois exemplos – “assistir/participar”, “comunidade-comunidade/favela, povoado, localidade” – ilustrem o que entendo ser a análise do discurso como prática de leitura, como movimento ou gestos de leitura.

Em outras palavras, “analisar o discurso” não é simplesmente decompor, separando seus componentes, olhando para suas partes, mas lendo-o, interpretando-o: agregar novos sentidos ao que já é um conglomerado de sentidos. Tenha em mente a já evocada etimologia indo-europeia do verbo “ler”, que é um fazer (selecionar, escolher, interligar, etc.).

Metáforas em conflitos: leitura/digestão/discussão versus leitura/adaptação/submissão

Agora, este “fazer” da análise do discurso (e do discurso como análise do discurso e da leitura como análise do discurso, e da análise como gestos de leitura) não coincide com perspectivas pragmáticas, nem com retórica, nem com perspectivas estilísticas, embora em todas elas haja uma questão de discurso como ato, ação, prática. A retórica (clássica e contemporânea), estilística e pragmática dão por certo que a língua que se atualiza no discurso torna-se, precisamente, um ato de fala, execução provida de efeitos, por exemplo, de efeitos “racistas”, “xenófobos”, “discriminatórios”, “violentos”, “misóginos”, “apaziguadores”, “tolerantes”, “empáticos” etc., efeitos precisamente capazes de afetar seus destinatários, comovendo-os, persuadindo-os, movendo-os para aqui ou ali. Igualmente, retóricas (clássicas e contemporâneas), estilísticas e pragmáticas assumem que suas próprias análises, quando realizadas sobre *corpus* políticos ou sociais, também se constituem em atos, em ação que, muitas vezes, também aspira a intervir politicamente.

Agora, as divergências com essas perspectivas se condensam nas formas de entender essa tripartição fundamental que é sujeito, língua, discurso. Para estas perspectivas, o sujeito falante, neste caso o sujeito que realiza a análise retórica, estilística, pragmática, pode adotar uma posição de exterioridade absoluta em relação ao seu objeto de estudo. Uma posição tão externa quanto a que atribuímos ao biólogo que com o microscópio se aproxima de um vírus, ou ao astrônomo que com seu telescópio se aproxima de uma galáxia. Essa suposta exterioridade absoluta é sustentada pela suposta heterogeneidade absoluta entre o biólogo e o vírus, ou o astrônomo e a galáxia. É assim que se imagina quem faz uma análise gramatical, retórica, estilística, pragmática: totalmente fora de seu objeto de análise, porque heterogêneo ao seu objeto.

Assumir a ilusão da exterioridade como se fosse real, permite assumir posições de “fala científica” porque estritamente “descritivo”, desprovido de qualquer “interpretação” que pudesse tentar contra a exterioridade necessária e desejada. A ilusão de exterioridade, assumida como real, limita-se em ilusões científicas, de análises de conteúdos alheios ao analista, que, no máximo, pode denunciar o tenor nocivo (racista, xenófobo etc.) daqueles conteúdos que a análise se limita a descrever. No entanto, o assunto é tão discutível no caso do astrônomo quanto no caso do biólogo, mas discutiremos a suposta exterioridade do gramático ou do retórico ou do estilista ou do pragmático.

Do ponto de vista da análise do discurso como gestos de leitura, não existe tal exterioridade, pois quem se aproxima do discurso e quem se aproxima da língua, já é um ser de discurso, de língua, de história, de inconsciente, de ideologia. Já é, e porque já é um ser de discurso, de linguagem, de história, do inconsciente etc., justamente porque já é tudo isso, pode acercar ao discurso e a língua. O sujeito falante, qualquer sujeito falante, incluindo o gramático, retórico, estilista, pragmático, já é um sujeito de língua e de discurso, e se cerca da língua e do discurso, sendo isso. Dito de outro modo, a ilusão de exterioridade é muito difícil de sustentar, pois, é melhor assumir que se trata de uma ilusão, e assumir que nos aproximamos do discurso e da língua, sendo já discurso e língua, ou seja, habitados pela *injunção de interpretação*.

A análises-leitura da análise do discurso coloca em primeiro plano a dimensão histórica (política) da língua e do discurso; como foi dito, essa dimensão implica a existência de uma ordem e, simultaneamente, de seu constante questionamento, atividade que assume aqueles que respondem à *injunção de interpretação* com seu modo singular de ser universal.

Darei, para concluir, duas citações, escolhidas porque acredito que, com seus jogos de metáforas, dizem claramente o que estou tentando plantear aqui.

A primeira citação vem de *l'Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, essa grande obra intelectual, editorial e política que durante vinte anos (1750-1771) levou adiante o filósofo e novelista Denis Diderot, a princípio em colaboração com o matemático e filósofo D'Alembert. Na entrada do artigo *lecture*, seu autor Louis de Jaucourt escreve:

D'un autre côté, on juge plus sainement par la *lecture*; ce qu'on écoute passe rapidement, ce qu'on lit se digère à loisir. On peut à son aise revenir sur les mêmes endroits, & discuter, pour ainsi dire, chaque phrase.⁴

Nesta citação que ofereço, o enciclopedista se opõe ao julgamento formulado a partir de algo ouvido e ao julgamento formulado a partir de algo lido, e a metáfora usada para essa comparação tem a ver com a saúde (cf. supra “*sainement*”), com o que passa rapidamente e com o que é digerido ao longo do tempo, repetidamente. Segundo o enciclopedista, julgar melhor (ou seja, pensar melhor) significa julgar mais saudável, e isso é possível quando a digestão acontece sem precipitação. A digestão lenta permite que volte de novo e de novo para os mesmos lugares e “discutir cada frase”. Louis de Jaucourt está imaginando a leitura através da metáfora da digestão, de acordo com o ritmo singular que cada corpo exige, para levar adiante a discussão consigo mesmo ou com os outros. A metáfora da leitura-digestão certamente se encontra em uma tradição bíblica (comer/engolir o livro, Ezequiel, 2, 8-10; 3, 1-5; Apocalipse 10. 8-10) que na América, no Brasil mais precisamente, pode chegar até o *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade. Em todos esses casos, a metáfora da leitura-digestão supõe uma transformação, uma metabolização do alheio. A digestão modifica o que é ingerido e modifica quem ingere, nada é igual após a digestão, nem o digerido nem quem digere.

Previamente, no “Discours Préliminaire” de *l'Encyclopédie*, D'Alembert escreve sobre a leitura:

Les idées qu'on acquiert par la lecture & et la société sont le germe de presque toutes les découvertes. C'est un air que l'on respire sans y penser, et auquel on doit la vie.⁵

Aqui também, a leitura é falada através de metáforas vitalistas, “o ar que se respira e ao qual se lhe deve a vida”; como em Louis de Jaucourt, a leitura aqui também é uma questão de sobrevivência, de vida e morte: digerir, respirar. Mas em D'Alembert também é uma questão de *découvertes* (descobrimientos), ou seja, de uma atividade que vai além da sobrevivência, uma atividade que faz parecer o que não estava, ou o que estava coberta. Para o enciclopedista D'Alembert, a leitura é ar que se respira e possibilidade de descoberta.

Vejamos uma definição de “leitura” da nossa atualidade, extraída de um “Diploma sobre língua escrita” que reiteradamente transmite a Fundação UPM, pertencente à UPM (empresa transnacional estabelecida no Uruguai e à qual já me referi

⁴Traduzo: “Por outro lado, se julga mais saudavelmente através da leitura; o que se ouve passa rapidamente, o que se lê se digere tudo quanto se quer. Um pode a seu gosto, voltar aos mesmos lugares, & discutir, por assim dizer, cada frase.”

⁵Traduzo: “As ideias adquiridas com a leitura & a vida social são o germe de quase todas as descobertas. É um ar que respiramos sem pensar, e ao qual devemos nossas vidas.”

anteriormente sobre o uso que fazem do termo “comunidade” na expressão “comunidades de influência da UPM”). Esta fábrica transnacional de celulose, por meio de sua Fundação UPM e da Universidade Católica, ensina professores de educação pública uruguaia diversos cursos, especialmente de Gestão Educacional, Liderança, Planejamento, Avaliação, Psicologia Positiva e outros assuntos próprios do mundo da empresa. Como se sabe, essas questões foram transferidas para o mundo da escola, impondo um léxico e, com este, uma maneira de pensar empresarial ao mundo escolar.

Por essa razão, o exemplo com o qual concluirei é um tanto excepcional, uma vez que aparentemente sai do jargão da empresa e entra plenamente em questões propriamente escolares, uma vez que a papeleira UPM e a Universidade Católica propõem aos professores de educação pública um “Diploma sobre língua escrita”.

No site que oferece a inscrição neste Diploma, “a leitura e a escrita” são definidas como “uma das principais habilidades que as crianças devem aprender durante a escolaridade; o mundo atual determina um alto domínio destes, uma vez que sua aquisição favorece e condiciona as possibilidades de adaptação e resposta efetiva às demandas que a sociedade da informação atual exige [...]”.

Deixando de lado o recurso frequente à prosopopeia pelo qual “o mundo atual” e “a sociedade da informação atual” tornam-se falantes capazes de “exigir” e dirigir-nos “demandas”, vale a pena pensar na metáfora da “adaptação e resposta” a essas “demandas” que “a sociedade da informação atual exige”.

Ao contrário das metáforas digestivas, da lenta metabolização, e da descoberta de que os enciclopedistas imaginavam, com a Fundação UPM e a Universidade Católica se tratam de metáforas reativas, em resposta à prosopopeia, metáforas adaptativas a uma instância exigente. Longe de qualquer ideal transformador e emancipatório que possa habilitar a leitura, para as empresas trata-se de promover um ideal de adaptação, entendendo por isso o esforço de aceitação e submissão a uma demanda externa.

A “adaptação” envolve tornar-se “apto” diante de uma instância externa que determinará o grau de conquistas alcançadas nesse movimento de renúncia de si mesmo para assumir uma forma, uma lei, uma norma, uma condição, um objetivo, um desejo de que esteja fora de si mesmo. Nesse sentido, a “adaptação” é a aceitação de uma obrigação completamente externa, alheia ao próprio corpo.

REFERÊNCIAS

MALDIDIER, D. **L'inquiétude du discours**. Textes de Michel Pêcheux Choisis et présentés par Denise Maldidier. Paris, Éditions des Cendres, 1990.

ORLANDI, Eni P. et al. (orgs.). **Gestos de leitura**: da História no discurso. 1. ed. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.

_____. Diluição e indistinção de sentidos: uma política da palavra e suas consequências sujeito/história e indivíduo/sociedade. In **Memória e história na/da análise do discurso**, Freda Indursky, Solange Mittmann, María Cristina Leandro Ferreira (Org.) Campinas, SP, Mercado de Letras, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Tradução de Eni P. Orlandi e Greciely Costa. Campinas: Pontes Editores, 2019.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni et al. (orgs.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 1.ed. Campinas: Editora da Unicamp. 1994.



<https://doi.org/10.30681/2594.9063.2023v7n1id11201>

Recebido em: março de 2023.

Aprovado em: maio de 2023.

Como citar este trabalho:

PEDRETTI, A. B. A análise de discurso à *francesa* como forma de leitura. **Traços de Linguagem**, v. 7, n. 1, p. 113-126, 2023.
